



**EXMO. SR. DESEMBARGADOR VICE-PRESIDENTE DO E. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PARAÍBA**

**Recurso Especial nº 08004345720208150261**

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A** nos autos do agravo em recurso especial em referência, em que figura como recorrida, sendo recorrente **ALBERTO PEREIRA DA SILVA** vem, por seu advogado abaixo assinado, apresentar a sua resposta ao recurso especial de fls., mediante as inclusas razões, cuja juntada requer.

Nestes termos,  
P.deferimento.

PIANCO, 05/12/2023

JOÃO BARBOSA  
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES  
OAB/PB 15477

Eminente Relator,

Egrégia Turma,

### **TEMPESTIVIDADE**

Publicada em 30/11/2023 (cf. fls.) a decisão que intimou a recorrida a apresentar suas contrarrazões ao recurso especial, é manifestamente tempestiva esta resposta, apresentada hoje, dentro do prazo legal.

### **DO ART.105, III DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

O recurso especial é um mecanismo processual que viabiliza a análise de questões que contrariem tratado ou lei federal, que julguem válido ato do governo local contestado em face de lei federal ou que deem a lei federal interpretação divergente de outro Tribunal.

**Primeiramente, do exame do processo, verifica-se que a recorrente não aponta com precisão os dispositivos nos quais fundamenta o seu recurso, o que impede o acesso à superior instância.**

O art. 105, III, da Constituição Federal, elenca as hipóteses de cabimento do recurso especial, quais sejam:

“Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça:

(...) III - julgar, em recurso especial, as causas decididas em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios quando a decisão recorrida:

- a) contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência;
- b) julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal;
- c) der a lei federal interpretação divergente da que lhe aja atribuído outro tribunal”.

A decisão proferida pelo Tribunal de Justiça da Paraíba não se enquadra nas hipóteses previstas no art. 105, III, da CF, pois:

Quanto à alínea "a": A decisão não contrariou tratado ou lei federal, nem negou-lhes vigência. O Tribunal de Justiça da Paraíba, ao adotar o INPC como índice de correção monetária, respeitou a legislação aplicável e os precedentes jurisprudenciais vigentes, não caracterizando contrariedade a tratado ou lei federal.

Quanto à alínea "b": A decisão em nenhum momento julgou válido ato de governo local contestado em face de lei federal. O acórdão recorrido trata exclusivamente da interpretação e aplicação de normas do seguro DPVAT, sem adentrar em questões relacionadas a atos de governo local.

Quanto à alínea "c": A interpretação dada à lei federal pelo Tribunal de Justiça da Paraíba não diverge da que lhe haja atribuído outro tribunal. Não há contrariedade jurisprudencial, sendo que o acórdão recorrido respeita a autonomia interpretativa dos tribunais estaduais, sem configurar divergência que justifique o recurso especial.

O objetivo do recurso especial é a uniformidade da interpretação das normas constitucionais objetivas, não a defesa do interesse subjetivo dos litigantes.

Como se vê, apesar de alegar a violação do art. 105, III, da Constituição Federal, o recorrente não demonstrou em qual ponto específico o v. acórdão recorrido foi de encontro ao entendimento do STF, muito menos se deu ao trabalho de colacionar em seu recurso, o julgado deste e. Tribunal, limitando -se a afirmar, em apenas um parágrafo, que o v. acórdão vergastado deu interpretação diversa à dada pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

### **INADMISSIBILIDADE MANIFESTA**

Trata-se de recurso especial interposto contra v. acórdão proferido pelo TJPB, que negou provimento à apelação cível interposta pela recorrente, mantendo a r. sentença apelada que julgou parcialmente procedentes os pedidos formulados na inicial.

Ocorre que pretendia o Recorrente o recebimento de indenização no importe de R\$ 1.000,00, contudo, obteve a condenação da Seguradora ao pagamento remanescente da diferença paga administrativamente (R\$ 843,50).

Insatisfeito, assevera através de Recurso Especial que não há que se falar em sua condenação ao pagamento dos honorários de sucumbência, pois a parte decaiu de parte mínima de seu pedido, além do fato de existir pedido expresso subsidiário. Requerendo ao final o conhecimento e provimento do recurso, para inverter os ônus de sucumbência.

O que precisa ficar claro é que a regra inserta no do art. 85 do C.P.C. deve ser respeitada obrigatoriamente pelos Juízos quando aplicável, mesmo porque a mesma é OBJETIVA e não aceita sua desconsideração em virtude de o valor da condenação alcançada não ser elevado.

FRISE-SE QUE, SALVO MELHOR JUÍZO, A EXCEÇÃO CONTEMPLADA NO §8º DO ART. 85 DO C.P.C. É DE CARÁTER SUBSIDIÁRIO, OU SEJA, SÓ PODE SER UTILIZADA QUANDO IMPOSSÍVEL A APLICAÇÃO DA REGRA DO §2º, O QUE DEFINITIVAMENTE NÃO É O CASO DOS AUTOS EM TESTILHA.

Não há como se afastar a manifesta inadmissibilidade do recurso que ora se responde, na medida em que ele não atende aos pressupostos mínimos para o seu conhecimento.

#### **SÚMULA 7/STJ**

O recurso especial que ora se responde não preenche condições mínimas para a sua admissibilidade, não podendo ser conhecido, tendo em vista que, através dele, o recorrente procura, exclusivamente, obter uma nova apreciação das provas e fatos da causa, o que encontra óbice no verbete nº 7 da Súmula do e. Superior Tribunal de Justiça.

Com efeito, o v. acórdão proferido pelo E. Corte negou provimento à apelação cível interposta pela recorrente, mantendo a r. sentença apelada que julgou parcialmente os pedidos formulados na inicial.

Contra esse único fundamento do v. acórdão, a recorrente interpôs recurso especial, ao argumento de que o e. Tribunal a quo teria cometido equívoco na análise e interpretação das provas constantes dos autos.

Como se vê, o recurso especial não esconde, em momento algum, a intenção da recorrente em rediscutir matéria de fato probatória.

Vejamos o entendimento desta E. Corte em caso análogo:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT. REDISTRIBUIÇÃO DA SUCUMBÊNCIA. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 7/STJ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ARTIGOS 85 E 86 DO CPC/15. PROVEITO ECONÔMICO. IRRISORIEDADE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. SIMILITUDE FÁTICA. COTEJO ANALÍTICO. NÃO DEMONSTRADOS.

1. Ação de cobrança de seguro obrigatório DPVAT.

2. A análise de sucumbência mínima da parte demanda o reexame do conjunto fático probatório dos autos, o que é defeso na via especial, ante o óbice da Súmula 7 desta Corte. 3. Com a ressalva do meu entendimento, a 2ª Seção definiu que quanto à fixação dos honorários de sucumbência, temos a seguinte ordem de preferência: (I) primeiro, quando houver condenação, devem ser fixados entre 10% e 20% sobre o montante desta (art. 85, § 2º); (II) segundo, não havendo condenação, serão também fixados entre 10% e 20%, das seguintes bases de cálculo: (II.a) sobre o proveito econômico obtido pelo vencedor (art. 85, § 2º); ou (II.b) não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, sobre o valor atualizado da causa (art. 85, § 2º); por fim, (III) havendo ou não condenação, nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou em que o valor da causa for muito baixo, deverão, só então, ser fixados por apreciação equitativa (art. 85, § 8º) (Resp 1.746.072/PR, DJe de 29/03/2019) .

4. O reexame de fatos e provas quanto à irrisoriedade do proveito econômico obtido pelo vencedor em recurso especial é inadmissível.

5. O dissídio jurisprudencial deve ser comprovado mediante o cotejo analítico entre acórdãos que versem sobre situações fáticas idênticas.

6. Agravo interno no agravo em recurso especial não provido.

(AgInt no AREsp 1496524/MS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 11/11/2019, DJe 18/11/2019)

Logo, seja em razão do disposto na Súmula 7/STJ ou por não ter o recorrente impugnado corretamente o único fundamento do v. acórdão recorrido, não deverá ser admitido o recurso especial.

### **SEM PREQUESTIONAMENTO**

### **INCIDÊNCIAS DAS SÚMULAS 282 E 284 DO STF**

Vale ressaltar que não foram debatidas pela turma julgadora a questão levantada nas razões do recurso especial, o que leva ao não conhecimento deste recurso em razão do disposto na súmula 282 do e. Supremo Tribunal Federal.

A leitura do v. acórdão de fls. é indicativa de que a turma julgadora do TJ não tratou do referido tema. Assim, não se pode conhecer, sob pena de malferir a Súmula 282 do STF, das alegações a respeito das ventiladas violações.

Além disso, não deve ser conhecido o recurso especial, uma vez que o recurso especial não indica quais teriam sido os demais dispositivos da legislação federal que teriam sido violados pelo v. acórdão recorrido, o que atrai o óbice imposto pela Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal, aplicável por analogia por essa e. Corte Especial, à admissibilidade deste recurso especial em relação às demais questões suscitadas no recurso.

Por todo o exposto, a recorrida confia em que será inadmitido o recurso especial ora respondido, tendo em vista que ele não preenche os seus requisitos mínimos de admissibilidade.

Nestes termos,  
P. deferimento.

PIANCO, 05/12/2023

JOÃO BARBOSA  
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES  
15477/PB